Alvará porque Vossa Alteza Real he servido revogar toda a prohibição, que havia de Fabricas, Manufacturas no Estado do Brazil, e Dominios Ultramarinos, na forma acima exposta.

Para Vossa Alteza Real ver.

João Alvares de Miranda Varejão o fez.

7 de Abril de 1808

8091 DECRETO

Sendo me presente a grande vantagem, de que será ao Meu Real Serviço, e até a necessidade absoluta, que já existe, de haver um Archivo Central, onde se reunam, e conservem todos os mapas e Cartas, tanto das Costas, como do Interior do Brazil, e tambem de todos os Meus Dominios Ultramarinos, e igualmente cude as mesmas Cartas hajão de copiar-se quando seja necessario, e se examinarem, quanto a exactidão com que foram feitas para que possam depois servir de base, seja a rectificação de Fronteiras, seja a Planos de Fortalezas, e de Campanha, seja a Projectos para nova Estradas e Communicações, seja ao melhoramento, e novo estabelecimento de Portos Maritimos:

Hej por bom Crear hum Archivo Militar, que ficará annexo á Repartição de Guerra, mas que será tambem dependente das outras Repartições do Brazil, Fazenda, e Marinha, assim que todos os Meus Ministros d'Estado possam ali mandar buscar, ou copiar os Planos de que necessitarem para o Meu Real Serviço; fazendo observar o Regimento, que Mando estabelecer para o mesmo Archivo, e baixa assignado pelo Conselheiro, Ministro e Secretario de Estado da Guerra e Negocios Estrangeiros; e havendo no mesmo Archivo os Engenheiros, e Desenhadores, que mando agrogar ao dito Estabelecimento, e que será composto de hum Director, de mais Subalternos, que vencerão os soldos das suas Patentes, e mais gratificações ordenadas no Regimento, já mencionado.

E para que tão util e necessario Estabelecimento não tarde em organisar-se, e possam principiar a colher se as vantagens, que delle devem esperar-se.

Sou outrossim Servido, que o mesmo se forme logo em uma das Salas, que ora servem de Aula Militar, e que os Armarios, que ali estão, fiquem servindo ao mesmo fim, sendo tambem o Porteiro das Aulas Porteiro do Archivo com a gratificação, que lhe mando dar.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra o tenha assim entendido, e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro em sete de Abril de mil oitocentos e oito.

Com a Rubrica do Principe Regente N. S.

Conde da Ponte, Governador e Capitão General da Capitania da Bahia, Amigo. Eu o Principe Regente vos Envio muito saudar, como aquelle que Amo.

Tendo me representado a Meza da Inspeção dessa Capitania os graves inconvenientes, que resultão ao Commercio do mesma de serem obrigadas as Embarcações empregadas na condução da Escravatura da Costa da Mina, a fazerem Escala na torna viagem pelas Ilhas do Principe, e São Thomé, conforme o que se acha determinado na Provisão do Meu Real Erario de dezoito de Outubro de mil sete centos e setenta e trez, pois que a experiencia mostrava, que semelhante obrigação traz consigo não só huma dispendiosa demora das Embarcações pelas calmarias, e correntes contrarias, que ellas encontram nas Costas das mesmas Ilhas, mas tambem huma consideravel perda de Escravos, que ali são atacados de infecções pestilentas com prejuizo da humanidade e dos interesses dessa Colonia, motivos estes, que em parte derão causa á Carta Regia do primeiro de Dezembro de mil oito centos, pela qual fui servido relevar daquella obrigação os Navios do giro da Costa da Mina emquanto durasse a Guerra então existente, e mais dous annos, do que seguirão vantagens conhecidas: Tendo Consideração ao referido, e conformando-lhe com o vosso parecer no Officio, que fizestes subir a Minha Real Presença debaixo do numero cento e vinte um, e data de vinte um de Agosto do anno proximo passado:

Hei por bem izentar os Navios dessa Capitania empregados no Commercio da Escravatura da Costa da Mina da obrigação, em que até agora se achavão, de fazerem Escala pelas Ilhas do Principe, e São Thomé, pagando, porem nessa cidade os Direitos, que ali devião satisfazer, e arrecadando-se os mesmos pela Junta da Minha Real Fazenda no Cofre para isso destinado, assim de ou servirem ao pagamento das Lettras, que sobre elle se sacarem, ou se remetterem ás referidas Ilhas nos tempos competentes: o que assim tereis entendido, e fareis executar sem embargo da supra mencionada Provisão de dezoito de Outubro de mil sete centos setenta e trez, e de quaesquer outras Determinações, ou Resoluções em contrario, que para esse fim somente Sou servido revogar.

Escrita no Palacio do Rio de Janeiro aos treze de Abril de mil oito centos e oito.—Principe—Para o Conde da Ponte.

L. de 10 de Maio de 1808

Eu o Principe Regente Faço saber aos que o presente Alvará com força de Lei virem, que Tomando em consideração o muito que interessa o Estado, e o bem commum, e particular dos Meos leaes Vassallos em que a Administração da Justiça não tenha embaraços, que a retardem e estorvem, e se faça com a promptidão, e exactidão, que convem, e que a fiança a segurança pessoal, e dos sagrados direitos de propriedade que muito Desejo manter como a mais segura base da Sociedade Civil; e exigindo as actuaes circumstancias novas providencias não só por estar interrompida a communicação com Portugal, e ser por isto impraticavel seguirem-se os Agravos Ordinarios, e Appellações, que até aqui se inter-

punham para a Casa da Supplicação de Lisboa, vindo a ficar os pleitos sem decisão última com manifesto detrimento dos litigantes, e do Publico, que muito interessão em que não haja incerteza de dominios, e se findem os pleitos quanto antes, como também por lhe Achar residindo nesta Cidade, que deve por isso ser considerada a Minha Corte actual:

Querendo Providenciar de hum modo seguro estes inconvenientes, e os que podem recrescer para o futuro em beneficio do augmento, e prosperidade da Causa Publica.

Sou Servido Determinar o seguinte:

I A Relação desta Cidade se denominara Caza da Supplicação do Brazil, e será considerada como Superior Tribunal de Justiça, para se findarem ali todos os pleitos em ultima Instancia por maior que seja o seu valor, sem que das ultimas sentenças proferidas em qualquer das Mezas da sobredita Caza se possa interpor outro recurso, que não seja o das Revistas nos termos restrictos do que se acha disposto nas Minhas Ordenações, Leis e mais Disposições,

E terão os Ministros a mesma alçada que tem os da Caza da Supplicação de Lisboa.

II Todos os Agravos Ordinarios, e Appellações do Pará, Maranhão, Ilhas dos Açores, e Madeira, e da Relação da Bahia, que se conservará no estado, em que se acha, e se considerar como immediata á esta Cidade, os quaes se interpunhão para a Caza da Supplicação de Lisboa, serão d'aqui em diante, interpostos para a do Brazil, e nella se decidirão finalmente pela mesma forma, que o crão até agora, segundo as determinações das Minhas Ordenações, e mais Disposições Regias.

III. Todos aquelles pleitos, em que houve interposição de Agravos, ou Appellações, que se não remetterão; e todos os que sendo remittidos, não tiverão ainda final decisão, serão julgados na Casa da Supplicação do Brazil huns pelos proprios autos, e outros pelos traslados, que ficarão, pela maneira, com que o serião na de Lisboa por Juizes da Casa que o não forão nas primeiras sentenças E os Embargos, que na execução se tiverem mandado remetter, se decidirão pelos mesmos Juizes que ordenarão a remessa sem attenção ao despacho, que a decretara, áfim de haverem final decisão, como cumpre ao Bem Publico.

IV. A Casa da Supplicação do Brazil se comporá alem do Regedor, que Eu Houver por bem Nomear, do Chanceller da Caza, de oito Dezembargadores dos Agravos, de hum Corregedor do Crime da Corte e Caza, de hum Juiz dos Feitos da Corôa e Fazenda, de hum Procurador dos Feitos da Corôa e Fazenda, de hum Corregedor do Cível da Corte, e de hum Juiz da Chancellaria, de hum Ouvidor do Crime, de hum Promotor de Justiça, e de mais seis Estravagantes.

V. Governar-se-hão todos pelo Regimento da Caza da Supplicação, segundo he contendo nos Titulos respectivos das Ordenações do Reino, Leis, Decretos, e Assentos, guardando-se na ordem, e forma do Despacho o mesmo, que alli se praticava.

E guardar-se-ha também quanto está determinado no Regimento de 13 de Outubro de mil sete centos cincoenta e hum dado para a Relação desta Cidade, em tudo, que não for revogado por este Alvará e não for incompativel com a nova ordem de cousas.

VI. Os Lugares dos Ministros da Caza não serão mais, como até agora erão os da Relação desta Cidade, contemplados de igual graduação; antes haverá a mesma distincção, que ha na de Lisboa para serem promovidos aos mais distinctos, e graduados, os Ministros que forem de maior graduação nos despachos, que já tinham, e tiverem maior antiguidade, prestimo, e serviços.

VII. Attendendo a que nem a multiplicidade dos negocios o exige, nem cumpre augmentar o numero dos Magistrados, tendo alem disto mostrado a experiencia fazer-se sem difficuldades e inconvenientes; servirão todos os Ministros de Adjuntos huns dos outros, como for necessario no despacho do Expediente; e entrarão também nas serventias dos Lugares vagos, ou impedidos, quando não hajão isto Extravagantes por occupados em outras serventias.

VIII. O Chanceller desta Caza Sello ha sómente; sem que sirva, como até agora, o faria o da Relação desta Cidade em alguns Cazos, de Chanceller Mor do Reino, que Fui servido Crear.

Na sua falta, e impedimento servirá o Dezembargador mais antigo da Caza, quem se remetterão os Sellos.

IX. Tendo mostrado a experiencia que da decizão de ser cumulativa a jurisdicção dos Magistrados Criminaes no conhecimento por devassa dos delictos commettidos nesta Cidade, e quinze legoas ao redor, se tem seguido a prompta indagação dos autores destes sem disputas de jurisdicção sempre odiosas.

Hei por bem, que o mesmo se continue a praticar, regulando-se de treze de Outubro de mil sete centos cincoenta e um, que devem ser privativos da jurisdicção do Corregedor do Crime da Corte e Caza.

X. O Districto da Caza da Supplicação do Brazil, bem como o termo da jurisdicção dos Ministros della, será o mesmo, que era até agora o da Relação desta Cidade na forma dos §§ X, e XI do Regulamento della.

XI. Terão de ordenado, o Chanceller um conto e trezentos mil reis; e todos os mais Ministros, que tevem officio na Caza, um conto e cem mil reis; o Procurador da Corôa e Fazenda, alem do ordenado, que lhe competir segundo a graduação, em que estiver, quinhentos mil reis, os Estravagantes nove centos mil reis, que é o mesmo que até agora percebão a titulo de ordenado, e propinas os Dezembargadores da Relação desta Cidade.

E terão outrosim as mesmas Assinaturas nos feitos, que até agora levavão, por serem as mesmas, que competem aos Ministros da Caza da Supplicação.

XII. Os Officiaes desta Caza serão os mesmos, que até agora servião na Relação desta Cidade, e observarão no cumprimento dos seus officios o que

lhe é determinado no Regimento de treze de Outubro de mil setecentos e cinquenta e um nos títulos XI, e XII.

XIII. Não podendo bastar para o expediente das Varas do Crime, e do Civil um só Escrivão, que para o diante será ainda de mais: concurrencias.

Hei por bem Crear mais um Escrivão para cada uma d'ellas, entre as quaes haverá a competente distribuição.

E este se cumprirá como nelle se contém. Pelo que Mando á Meza do Desembargo do Paço e da Conferencia e Ordens, ao Governador da Relação da Bahia; aos Governadores e Capitães Generaes, e todos os Ministros de Justiça, e mais Pessoas, a quem pertencer o conhecimento, e execução deste Alvará, que o cumprão, e guardem, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém, não obstante quaesquer Leis, Alvarás, Decretos, Regimentos, ou Ordens em contrario, porque todos, e todos Hei por bem derogar para este effeito somente, como se delles fizesse expressa, e individual menção ficando aliás sempre em seu vigor.

E este valerá como Carta passada na Chancellaria, ainda que por ella não hade passar, e que o seu effeito haja de durar mais de um anno sem embargo das Ordenações em contrario.

Registrando-se em todos os lugares, onde se costumão registrar semelhantes Alvarás.

Dado no Palacio do Rio de Janeiro em dez de Maio de mil oitocentos e oito.

Principe.—

D. Fernando José de Portugal.

Alvará com força de Lei, pelo qual Vossa Alteza Real é servido Regular a Caza da Supplicação do Brazil, e Dar outras providencias a bem da Administração da Justiça; na forma que acima se declara.

Para Vossa Alteza Real vez.

João Alvares de Miranda Varejão o fez.

Registrado nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Brazil no Livro primeiro de Leis, Alvarás e Cartas Regias a folhas doze verso. Rio de Janeiro quatorze de Maio de mil oitocentos e oito.

José Manoel de Azevedo.

1. de 10 de Maio de 1808. 2.º

Eu O Principe Regente. Faço saber aos que o presente Alvará virem, que Tendo consideração a necessidade, que ha, de se crear o Lugar de Intendente Geral da Policia da Corte, e do Estado do Brazil, da mesma forma, e com a mesma Jurisdição, que tinha o de Portugal, segundo o Alvará da sua criação de vinte e cinco de Junho de mil setecentos e sessenta, e do outro de declaração de quinze de Janeiro, de mil setecentos e oitenta.

Sou servido Creallo na sobre dita maneira, com o mesmo ordenado de hum conto e seis centos mil reis, estabelecido no referido Alvará de declaração.

Pelo que mando á Meza do Desembargo do Paço, e da Consciencia e Ordens, aos Governadores das Relações do Rio de Janeiro, e Bahia, aos Governadores e Capitães Generaes, a todos os Ministros de Justiça, e mais Pessoas, a quem pertencer o conhecimento, e execução deste Alvará, que o cumprão, e guardem, e façam cumprir e guardar tão inteiramente, como nelle se contém, não obstante quaesquer Leis, Alvarás, Decretos, Regimentos ou Ordens em contrario, porque todos, e todos Hei por bem derogar, para este effeito somente, como se delles fizesse expressa, e individual menção, ficando aliás sempre em seu vigor.

E este valerá como Carta passada na Chancellaria, ainda que por ella não hade passar, e que o seu effeito haja de durar mais de um anno, sem embargo das Ordenações em contrario.

Registrando-se em todos os lugares, onde se costumão registrar semelhantes Alvarás.

Dado no Palacio do Rio de Janeiro em dez de Maio de mil oitocentos e oito.

Principe.— D. Fernando José Portugal.

Alvará, porque Vossa Alteza Real he servido Crear no Estado do Brazil hum Intendente Geral de Policia na forma acima declarada.

Para Nossa Alteza Real ver.— João Alvares de Miranda Varejão o fez.

Registrado nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Brazil no Livro 1.º de Leis, Alvarás, e Cartas Regias a fol. 12.

Rio de Janeiro 14 de Maio de 1808.— José Manoel de Azevedo.

1.ª Carta Regia de 13 de M.º de 1808

Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mollo, do Meu Conselho, Governador e Capitão General da Capitania de Minas Geraes, Amigo. Eu o Principe Regente vos Envio muito saudar. Sendo-lhe presentes as graves queixas que da Capitania de Minas Geraes tem subido á Minha Real Presença sobre as invasões que diariamente estão praticando os Indios Botocudos Antropophagos em diversas, e muito distantes partes da mesma Capitania, particularmente sobre as margens do Rio Doce e Rios, que no mesmo desafogão, e onde não só devastão todas as Fazendas sitas naquellas visinhanças; e tem até forçado muitos Proprietarios a abandonal-las com grave prejuizo seus e da Minha Real Corôa, mas passão a praticar as mais horriveis, e atrozes scenas da mais barbara Antropophagia, ora assassinando os Portuguezes e os Indios mansos por meio de feridas, de que sorvem depois o sangue, ora dilacerando os corpos, e comendo os seus tristes restos; tendo se verificado na Minha Real Presença a inutili-

R. A.—1

dade de todos os meios humanos, pelos quaes Tenho Mandado que se tente a sua sivilisação, e o reduzillo a Aldear-se, e a gozarem dos bens permanentes de humanas Leis, que regem os Meos Povos, e até havendo se demonstrado, quão poucos uteis era o sistema de Guerra defensivo que contra elles Tenho Mandado seguir, visto que os Pontos de defesa em uma tão grande, e extensa Linha não podião bastar a cobrir o Paiz: Sou Servido por estes e outros justos motivos, que ora forem suspender os effeitos de Humanidade, que com elles Tinha Mandado praticar, Ordenarvos em primeiro logar.

Que desde o momento, em que receberdes esta Minha Carta Regia, deveis considerar como principiada contra estes Indios Antropophagos huma Guerra offensiva, que continuareis sempre em todos os annos nas Estações seccas e que não terá fim, sinão quando tiverdes a felicidade de vos senhorear das suas Habitações, e de os capacitar da Superioridade das Minhas Reaes Armas de maneira tal, que movidos do justo terror das mesmas peção a Paz, e sujeitando-se ao doce jugo das Leis, e promettendo viver em Sociedade, possam vir a ser Vassallos uteis como já são as immensas Variedades de Indios, que nestes Meos vastos Estados do Brazil se achão Aldeados, e gozão de felicidades, que é consequencia necessaria do Estado Social:

Em segundo logar Sou servido Ordenar vos, que formais logo hum Corpo de Soldados Pedestres escolhidos, e commandados pelos mesmos mestres, e que vão nomeados nesta mesma Carta Regia os quaes terão o mesmo soldo, que o dos Soldados Infantes, e sendo Indios domesticos, poderá diminuir-se o soldo a quarenta reis, como se faz na Guarnição dos Prefidios dos Barretos, e da serra de S. João; e para que não cresçam as despezas da Capitania, Ordeno-vos que deis logo baixa a todos os Soldados Infantes, que ora existem nessa Capitania, ficando os officiaes aggregados ao Regimento de Cavallaria Regular, donde successivamente passarão a effectivos, logo que haja Vaga.

Em terceiro logar Ordeno-vos, que façais distribuir em seis Districtos, ou partes todo o Terreno infestado pelos Indios Botecudos, nomeando seis Commandantes destes Terrenos, a quem ficará encarregada maneira, que lhes parecer mais proficua, a Guerra Offensiva, que convem fazer aos Indios Botecudos; e estes Commandantes, que terão as Patentes, e soldos de Alferes aggregados ao Regimento de Cavallaria de Minas Geraes, que logo lhes mandarei passar com vencimento de soldo dessa nomeação, serão por agora Antonio Rodrigues Tabora, já Alferes; João do Monte da Fonseca; José Caetano da Fonseca; Lizardo José da Fonseca; Januario Vieira Braga; Arruda, morador na Pomba, e se denominarão Commandantes da primeira, segunda, terceira, quarta, quinta, e sexta Divisão do Rio Doce.

A estes Commandantes ficará livre o poderem escolher os Soldados que julgarem proprios para esta qualidde de duro e espero serviço, e em numero sufficiente para formarem diversas Bandeiras; com que hajão

constantemente todos os annos na Estação secca de entrar nos Matos; ajudando-se reciprocamente não só as Bandeiras de cada Commandante mas todos os fies Commandantes com as suas respetivas forças, e concertando entre si Plano mais proficuo para a total redução de uma semelhante, e outras Raça Antropophagas:

Os mesmos commandantes serão responsaveis pelas funestas consequencias das Invasões dos Indios Botecudos, nos Sítios confiados á sua Guarda, logo que contra elles se prove omissão, ou descuido; Que sejam considerados como prisioneiros de Guerra a todos os Indios Botecudos, que se tomarem com as armas na mão em qualquer ataque, e que sejam entregues para o serviço do respectivo Commandante por dez annos e todo o mais tempo, em que durar sua ferocidade podendo elle empregallos em seu serviço particular durante esse tempo, e conservallos com a devida segurança mesmo em ferros em quanto não derem provas do abandono da sua atrocidade, a Antropophagia:

Em quarto logar Ordeno-vos, que a estes Commandantes se lhe confira annualmente hum augmento de soldo proporcional ao bom Serviço, que ferirem, regulado este pelo principio, que terá mais meio soldo aquelle Commandante, que no decurso de um anno mostrar não somente, que no seo districto não houve invasão alguma de Indios Botecudos, nem de outros, quaesquer, Indios Bravos de que resultasse morte de portuguezes, ou distincção de suas Battações; mas que aprisionou e destruiu no mesmo tempo maior numero do que qualquer outro Commandante conferindo-se aos demais hum augmento de soldo proporcional ao Serviço que ferirão, servindo de base para a maxima recompensa o agmento de meio soldo.

Em quinto logar Ordeno-vos, que em cada tres mezes convoqueis uma Junta, que será por vos presidida, e composta do Coronel do Regimento de Linha, do Coronel Inspector dos Destacamentos da Capitania, do Tenente Coronel, do Major, do Ouvidor da Comarca na qualidade de Auditor do Regimento, e do Escrivão Deputado da Junta da Fazenda, na qual fareis conhecer do resultado de tão importante serviço; e lhe dará conta pela Secretaria de Estado de Guerra, e Negocios estrangeiros de tudo o que tiver acontecido, e fór concernente a este Objecto, para que se consiga a redução, e civilização dos Indios Botecudos, se possivel fór, e a das outras Raças de Indios, que muito vos Recommendo, podendo tambem a Junta propor lhe tudo, o que julgar conveniente para tão saudaveis, e grandes fins, particularmente tudo o que tocar a pacificação, civilização, e Aldeação dos Indios, Declarando-vos tambem, que por este trabalho os Ministros da Junta não terão paga, ou vencimento algum, Reservando lhe o Dar-lhe aquellas demonstrações do Meu Real Agrado e Generosidade, de que os seus Serviços, demonstrados pelas suas contas e resultado favoravel para a Capitania, offerirem dignos.

Propondo-lhe igualmente por motivo destas Saudaveis providencias contra os Indios Botecudos preparar os meios convenientes para se esta-

belecer para o futuro a Navegação do Rio Doce, que faça a felicidade desta Capitania; e Desejando igualmente Procurar com a maior economia da Minha Real Fazenda meios para tão saudavel empresas assim como Favorecer os que quizerem ir povoar aquelles preciosos Terrenos auríferos abandonados hoje pelo susto, que causão os Indios Batecidos; Sou Servido Ordenar-vos nesta conformidade que na Junta, que vos mando organizar, façais propor, e executar todos os tres mezes os meios de Exploração do Rio Doce, seja para o exame das Cachoeiras, que impedem que elle seja totalmente navegavel, seja para fazer mais facil a sua Navegação, sendo possivel abreviallas; e que seguindo este trabalho um modo fixo, e permanente, lhe deis successivamente conta do que resultar das mesmas explorações, para que Eu Resalva o que deve seguir se em tão importante materia: E igualmente vos Ordeno que em todos os Terrenos do Rio Doce actualmente infestados pelos Indios Batecidos estabeleçais de accordo com a junta da Fazenda; que os terrenos novamente cultivados, e infestados pelos Indios ficarão isentos por dez annos de pagarem o Dizimo a favor daquelles, que os forem por uma cultura de modo que se possa reputar permanente que igualmente estabelecido por dez annos a livre exportação e importação de todos os Generos de Commercio que se navegarem pelo mesmo Rio Doce, seja descendo para a Capitania do Espirito Santo, seja subindo da mesma para a de Minas Geraes, fazendo com tudo as competentes declarações, para que se não confundão as fazendas importadas, e exportadas, pelo Rio Doce com as que forem para a Capitania pela via de terra: que finalmente fique declarado, que Concedo a todos os Devedores da Minha Real Fazenda, que forem fazer semelhante estabelecimentos de Cultura e de trabalhos auríferos a especial Graça de uma Moratoria, que haja de durar seis annos da data desta minha Carta Regia em cujo periodo não poderão ser inquietados por dividas que tenham contrahido com a Minha Real Fazenda e que só ficarão obrigados a pagar no fim do mesmo periodo Ordeno-vos finalmente que para poderdes executar tão uteis Objectos sem gravame da Minha Real Fazenda, introduzaes na Administração de tudo o que diz respeito a mesma, a maior Economia e lhe proponhais tudo o que possa contribuir para o mesmo fim pelas Repartições Competentes, como a Supressão do Porto do Capitão Mór Regente da Campanha o excessivo ordenado de Thesoureiro da Intendencia de Villa Rica, de muitos Fieis de Registro que não podem ser pagos pelo rendimento dos mesmos Registros: E sobretudo vos Ordeno que desde logo deixeis de prover Postos Milicianos com soldo voltando neste ponto ao que antigamente se praticava na Capitania, e assim procedereis logo com os que fordes propondo pois com aquelles, que já tem soldo, nada Mando alterar, excepto se forem promovidos a Postos Superiores: E igualmente vos Ordeno que façais logo supprimir o pagamento da Musica dos Regimentos Milicianos, que lhe consta montar ao enorme preço de muitos contos de reis, o que é um abuso intoleravel, e de que lhe deveis ter proposto a suppressão. O que assim tereis entendido e fareis executar, como nesta vos Ordeno. Dada

no Palacio do Rio de Janeiro em treze de maio de mil oito centos e oito.
—Principe—Para Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello.

13 de Maio de 1808

DECRETO

Havendo Determinado Manda estabelecer nesta Cidade uma Fabrica Real de Polvora, onde com toda a perfeição, e brevidade possivel se manufacture aquella quantidade necessaria não só para os diferentes Objectos do Meu Real Serviço, mas para o consumo dos particulares em todos os Meus Dominios do Continente do Brazil, e Ultramarinos:

Sou servido incumbir a Creação, e inspecção deste importante Estabelecimento ao Brigadeiro Inspector de Artilheria, e Fundições, Carlos Antonio Nacion, cujo zelo, e superiores luzes, e intelligencia neste Ramo de Meu Real Serviço se tem sobejamente manifestado, e feito digno da Minha Real Attenção, ficando a parte Administrativa confiada ao Doutor Marianno José Pereira da Fonseca, que hei por bem Nomear Thesoureiro da Administração, a cujo Cargo pertencerá a compra, e paga do Salitre, e mais Objectos da Fabrica, e por este desenhado, enquanto não houverem fundos no Cofre, receberá a commissão de um meio por cento ao mez; devendo desde logo proceder a tomar os Armazens secos, que serem necessarios para o deposito do Salitre, e mais mixtos, cuja renda será satisfeita depois pelo Cofre da Polvora.

O referido Thesoureiro terá tambem um Escrivão do seu cargo, a quem competirá a clara, e simples escripturação de todo este Estabelecimento, o qual Mando sugeitar, como convem, a Repartição da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, por onde o Inspector não só fará todos os annos publicar o preço, porque se pagará o Salitre, segundo a quantidade, que concorrer a Venda nos Meus Reaes Arsenaes; mas examinando o estado dos depositos, representará todos os annos a quantidade da Polvora, que se deve dar para o Serviço de Artilheria, Praças, Tropas, e Marinha Real segundo esta ultima Repartição requerer; e indicará a que, sem detrimento do Meu Real Serviço, se poderá facilitar da Venda, devendo esta ser feita pelos mencionados Thesoureiro e Escrivão Dom Rodrigo de Souza Coutinho, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra o tenha assim entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro em treze de Maio de 1808.—Com a Rubrica do Principe Regente.

L. de 28 de Maio de 1808 (2^a)

Eu o Principe Regente Faço saber aos que este Alvará com força de Lei virem, que Tendo consideração ao quanto convem nas actuals

circunstancias augmentar as Rendas Reaes, para com ellas acudir as urgentes necessidades do Estado; e convido tambem lançar mão de meios já conhecidos, e de impostos, cuja cobrança, e arrecadação tem mostrado a experiencia não ser difficulosa, ou pezada, antes pelo contrario facil, e suave aos Meos fieis Vassallos, e que de ficarem por Estanco as Cartas de jogar resulta interesse a minha Fazenda, tendo este methodo a vantagem de fazer entrar nos Meus Reaes Cofres a porção dada pelo Contractador sem os desperdicios das Administrações.

Sou servido Determinar, que as Cartas de jogar fiquem neste Estado, e nos Meus Dominios Ultramarinos por Estanco; e que só o Contractador, a quem Eu Houver de arrendar este Contracto, possa fabricallas, ou vendellas, ou as pessoas que tenham delle facultade para o fazer; e que se proceda a competente arrematação, mandando-se afixar Editaes nesta Capital para concorrerem as pessoas, que quizerem lançar, arrematando-se a quem offerecer maior quantia e mais razoadas condições,

E este se cumprirá, como nelle se contem. Pelo que; Mando a Meza do Dezembargo do Paço, e do Consciencia e Ordens; Presidente do meu Real Erario; Regedor da Caza da Supplicação do Brazil; Governador da Relação da Bahia; Gove na lores e Capitães Generaes, e mais Governadores do Brazil e dos Meus Dominios Ultramarinos; e a todos os Ministros da Justiça, e mais Pessoas, a quem pertencer o conhecimento, e execução deste Alvará, que o cumprão, e guardem, e fação, cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contem, não obstante quaesquer Leis, Alvarás, Regimentos, e Decretos, ou Ordens em contrario, porque todos, e todas Hei por derogadas para este effeito sómente, como se delles fizesse exp.essa e individualmente menção, ficando aliás sempre em seu vigor.

E este valerá como Carta passada pela Chancellaria, ainda que por ella não hade passar, e que o seu effeito haja de durar mais de um anno, sem embargo da Ordenação em contrario.

Registrando se em todos os logares, onde se costumão registrar semelhantes Alvarás.

Dado no Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e oito de maio de mil oitocentos e oito.

Principe.

D. Fernando José de Portugal.

Alvará, porque Vossa Alteza Real Ha por bem Ordenar, que se ponhão por Estanco as Cartas de jogar no Estado do Brasil, e Dominios Ultramarinos; na forma acima declarada.

Para Vossa Alteza Real ver João Alvares de Miranda Varejão a fez. Registrado na Secretaria de Estado dos Negocios do Brazil no Livro primeiro de Leis, Alvarás, e Cartas Regias a folhas dezoito verso.

Rio de Janeiro em trinta e um de maio de mil oitocentos e oito.

Joaquim Antonio Lopes da Costa.

Reverendo Bispo do Rio de Janeiro, do Meu Conselho, Eu o Principe Regente vos envio muito saudar como aquelle que Am).

Sendo necessario prover o Lugar de Capellão Mór da Minha Real Caza, vago por fallecimento do Patriarcha de Lisboa Dom José Francisco de Mendonça, para encher os deveres de Prelado de Minha Real Capella, e para satisfazer a todas as outras importantes Funções, e Encargos inherentes a este Logar, e Tendo em consideração as justas razões, que moverão o Meu Augusto Avô o Senhor Rey Dom João V de Gloriosa Memoria a unir esta Dignidade na Pessoa do Ordinario do Territorio, e as boas partes, que concorrem na vossa Pessoa e Querendo fazer vos Mercê: Sou servido Nomear-vos Capellão Mór da Minha Real Caza, do mesmo modo, e com a mesma Jurisdição, e com todos os Privilegios, Perrogativas, e Direitos, por Leis, e Costumes antigos pertencerem ao dito Logar; Esperando das vossas lettras, e virtudes, que me servireis neste Emprego como convem ao Serviço de Deos, e Meu.

Escripto no Palacio do Rio de Janeiro em trez de Junho de mil oito centos e oito = Principe = Para o Reverendo Bispo do Rio de Janeiro.

O Presidente do Meu Real Erario no fim de cada Semestre do anno civil convocará o Thesoureiro Mór, e o Escriptor da Receita e Despeza; e fazendo somar os computos della nos Livros das differentes Caixas de Escripturação, e Cofre separado mandará passar os Saldos, ou differenças a um Extracto feito em forma de Mappa, cuja soma seja o saldo geral de toda a entrada, e sahida do Erario, ou Thesouro Publico naquelle semestre.

Il Logo que isto se haja feito, mandará o mesmo Presidente chamar a cada um dos tres Contadores Geraes, para que se lhe apresente o Balanço das Rendas, e Despezas, que tiverão entrada, e sahida pelas Caixas das suas Repartições; e fazendo ajuntar os differentes Saldos de cada Caixa em outro semelhante Mappa, sendo a soma delle igual á do Saldo geral do Erario, deduzido dos Livros da Receita, e Despeza da sua Thesouraria Mór, passará então o referido Presidente, acompanhado do Thesoureiro Mór, e Escriptor a Casa Forte, ou da Guarda dos Cofres, e fará na sua presença contar pelos Fieis o Dinheiro, Cédulas, Bilhetes, Ouro em pó, e Barras nelle existentes e achado tudo ser conforme ao deduzido do Balanço extrahido dos Livros mandará fazer estão os competentes Termos, assim nas contas des Caixas da differentes Contadorias Geraes, como no fim das entradas, e sahdas dos Livros de Receita, e Despeza do Thesouro, onde se declare aquella conferencia e justamente de conta; O que tudo subirá por Consulta do mesmo Presidente a Minha Real Presença, para obter a confirmação necessaria; a qual ficará servindo de Quitação plenaria do Thesoureiro Mór, sem que possa haver couza alguma em contrario para o effeito de se mostrar livre e quite de todo, e qualquer responsabilidade.

III. No fim de cada anno fará tambem o Presidente do Erario Regio subir á Minha Real presença a Conta Geral do Estado da Fazenda em forma de Tabella de toda a Receita, e Despeza, em que resumidamente se declare na Receita com distincção de cada um dos seus artigos a importancia annual della a soma do que entrou por cada artigo naquella anno e o que ficou em duvida de cada um, assim cobravel, como de divida em execução, ou falida.

E na despeza do orçamento de importancia annual de cada artigo distinctamente, quanto se despendeu ou pagou no dito anno por cada artigo e quanto effectivamente se ficou devendo.

Fazendo elle Presidente por escripto as observações, que lhe parecerem proveitosas, ou para melhoramento da Receita, ou para evitar qual quer despeza inutil; as quaes Me apresentará com as referidas Tabellas, e Balanços, que lhe hão de ser entregues outra vez para se guardarem no Archivo do Erario, e debaixo do segredo delle.

Devendo ser feitas estas deducções da conta geral por um Official da Thesouraria Mór para esse fim escolhido, como pessa de toda confiança e do segredo.

IV. Para que o Presidente do Meu Real Erario tenha todos os meios necessarios de pôr em pratica o referido:

Mando, que de todas, e quaesquer Estações, por onde se fizer arrecadação ou despeza, que pertença á Minha Fazenda, ou lhe possa vir a pertencer lhe remetterão nos primeiros 15 dias do mez de Janeiro de cada anno um Balanço da sua Receita e Despeza mercantilmente feito, acompanhado da Relação das Dividas effectivas, e passivas de cada Estado; e os Escrivães das Juntas da Fazenda assim do continente do Brasil como dos Dominios Ultramarinos, alem do Balanço explicado, que são obrigados a remetter ao Erario Regio todos os annos, remetterão separadamente iguaes Tabellas, e Relações de dividas, para o que todas as Estações da Fazenda subalternas ás Juntas dellas enviarão os seus Balanços, e Relações, assim de serem remittidos para o Erario Regio com os Balanços das respectivas Juntas da Fazenda e poderem ser contemplados na Conta Geral acima referida, que no seguinte anno deve subir a Minha Real Presença.

Logo que se verifique a falta de algum destes Balanços, e Relações, o Presidente do Real Erario fará suspender do seu Cargo ao Official de Fazenda, que for culpado de omissão, para depois de proceder contra elle, como for de Justiça.

L. de 12 de outubro de 1808

2.^a

Eu o Principe Regente, Faço saber aos que este Alvará virem: Que Havendo dado pelo Alvará do primeiro de Setembro do presente anno as Providencias, que Julguei necessarias a bem dos Meus Povos, de seus in-

teresses, e dos da Minha Fazenda, Velando a circulação do Ouro em pó em todas as transacções mercantis, Estabelecendo o methodo; que se deveria seguir no seu troco, e Permittindo o giro de todas as moedas de ouro, até então prohibido nas Capitaniaes Mineræes: Para que de tão saudaveis providencias hajão de dimanar os bons effectos, que Tive em vista, e Me Propuz: Querendo atalhar todos os obstaculos, que se possam offerer á sua frente, a facil execução, já pelas grandes distancias, em que se achão os intendentes das quatro Casas de Fundição de Ouro da Capitania de Minas Geraes relativamente á residencia do Intendente Geral das Minas; sendo por isso assaz difficil, que se possam reunir, para de accordo procederem na escolha das Pessoas, que nas Villas, Arraes e Povoações devem ser encarregadas da Permuta do Ouro em pó e faisqueira, já pela falta de moeda de pequeno valor, que se ajuste, se sirva aos trocos de modicas quantias correspondendo exactamente ao actual valor do Ouro em pó, que e rarecebido no Commercio, e continuará a ser unicamente nas Casas de Fundição, e nas de Permuta a razão de trinta e sete reis e meios cada vintem de ouro em pó ou de mil e duzentos reis por oitava.

Querendo Antrosim precaver os males que desgraçadam a cobiça humana possa causar com a introdução de moeda falsa. Sou Servido Determinar o seguinte:

I Cada um dos Intendentes das quatro Casas de Fundição do Ouro da Capitania de Minas Geraes poderá na sua Comarca fazer escolha das Pessoas, a quem nas Villas, Arraiaes, e Povoações se deve confiar o troco do Ouro em pó de faisqueira, sem dependencia, e accordo do Intendente Geral das Minas; não obstante o disposto no paragrapho nono do mencionado Alvará do primeiro de Setembro do corrente anno, que Hei por derogado nesta parte sómente.

II. O troco do Ouro em pó de faisqueira será feito não sómente com a moeda, que para esse fim fui Servido Destinar, mas tambem com bilhetes impressos e do valor de hum, dous, quatro, oito, doze, e desaseis vintens de Ouro, na forma do Regulamento Provincial, que com este baixa assignado por Dom Fernando José de Portugal, Presidente do Meu Real Erario.

III. Na Capitania de Minas Geraes não poderão girar os Pezos Hespanhoes, ainda mesmo como genero de Commercio, nem ser conservados em mãos particulares; incorrendo nas penas impostas aos falsificadores de moeda todos, os que retiverem os ditos Pezos Hespanhoes, depois do prazo de tempo arbitrado para finalizar a circulação do Ouro em pó; podendo todas as pessoas, que taes Pezos tiverem, trocallos dentro do referido tempo nas Casas das Intendenciaes pelo valor, que tenham antes de ta prohibição.

IV. Nos Registros da Capitania de Minas Geraes se não dará entrada, ou sahida dos ditos pezos, nem aos marcados com o Cunho de Minhas Reaes Armas, que sómente devem cõrrer como moeda Provincial na dita Capitania, e dentro do espaço determinado pelos Registros; ficando

incurra no crime de moeda falsa toda a Pessoa que pertender passar taes Pezos pelos ditos Registros.

Este se cumprirá, como nelle se confem. Pelo que Mando a Meza do Dezembargo do Paço e da Consciencia e Ordens; Presidente do Meo Real Erario; Regedor da Caza da Supplicação do Brazil; Governador da Relação da Bahia; Governadores e Capitaes Generaes, e mais Governadores dos Meus Dominios Ultramarinos, e a todos os Ministros de Justiça; e a mais Pessoas, a quem pertencer o conhecimento, e execução deste Alvará, que o cumprão, e guardem, e fação cumprir, e guardar tão inteiramente, como nelle se contem, não obstante quaesquer Leis, Alvarás, Regimentos, Decretos, ou Ordens em contrario, porque todos e todas Hei por derogadas para esse effeito somente, como se dellas fizesse expressa, e individual menção, ficando aliás sempre em seu vigor.

Este valerá como Carta passada pela Chancellaria ainda que por ella não hade passar, e que o seu effeito haja de durar mais de um anno, sem embargo de Ordenação em contrario: Registrando se em todos os lugares, onde se costumão registrar semelhantes Alvarás.

Dado no Palacio do Rio de Janeiro em doze de Outubro de mil oitocentos e oito.

Principe

D. Fernando José de Portugal.

Alvará com força de Lei, pelo qual Vossa Alteza Real, Ha por bem Ordenar que na Capitania de Minas Geraes só possam circular os Pezos Hespanhóes de marcados com o Cunho das Reaes Armas; e dar outras providencias relativas ao troco do Ouro em pó; na forma, que nelle se declara.

Para Vossa Alteza Real ver.

Joaquim Antonio Lopes da Costa o fez.

L. de 18 de Abril de 1809

Eu o Principe Regente Faço saber aos que o presente Alvará com força de Lei virem: que Tendo consideração aos embarços, que nas transações successivas, e quotidianas do Commercio interno podem occorrer todas as vezes, que girem moedas do mesmo metal, que, sendo de igual pezo, com tudo diversas denominações ao mesmo passo, que, andando nas mãos de pessoas destetuidas dos conhecimentos necessarios podem pelo estrago do tempo occasionar duvidas para o futuro, e conduzir a exames que retardem a prompta circulação dos valores e productos do trabalho geral.

E Querendo remover todos estes obstaculos: Sou Servido Determinar: que marcadas a posição com o cunho das Minhas Reais Armas, corraõ em qualquer parte do Estado do Brazil as seguintes moedas de prata, e cobre, com os valores abaixo declarados: a saber: a moeda de cobre cha-

mada antiga, cujo pezo especifico he o duplo do da que se emittio no anno de mil oitocentos e trez, e valia quarenta reis, passará a girar por oitenta reis; semelhantemente a de vinte, por quarenta reis, e a de dez por vinte reis; a moeda de prata de seis centos reis passará a representar seiscentos e quarenta reis; a de trezentos, trezentos e vinte reis; a cento e cinquenta, cento e sessenta reis; e a de setenta e cinco, oitenta reis; visto que o valor intrinseco das primeiras e o mesmo que o das segundas, com as quaes igualão no tamanho, e só perdem a antecedente denominação afim de facilitar a contagem de uma, e outras, e outras, que continuarão a receber se como dantes, em quanto não forem marcadas na forma referida.

E porque a moeda de cinco reis se faz indispensavel para o ajustamento de pequenas transações, e deve por esta cauza conservar se na circulação.

Hei por bem de Ordenar que a moeda nova de cobre, denominada de dez reis, passe semelhantemente a ser marcada para ter o valor de cinco reis, e igualar-se com a antiga, correspondente em tamanho, continuando entretanto a receberem se ambas, como vae declarado a respeito das outras moedas.

E esse se cumprirá, como nelle se contem.

Pelo que Mando a Meza do Dezembargo do Paço, e da Consciencia e Ordens; Presidente do Meu Real Erario; Conselho da Minha Real Fazenda; Regedor da Caza da Supplicação do Brazil; Governador da Relação da Bahia, Governadores e Capitaes Generaes, e mais Governadores dos Meus Dominios Ultramarinos; e a todos os Ministros de Justiça, e mais Pessoas a quem pertencer o conhecimento, e execução deste Alvará que o cumprão, e guardem, e fação cumprir e guardar tão inteiramente, como nelle se contem, não obstante quaesquer Leis, Alvarás, Regimentos, Decretos ou Ordens em Contrario, porque todos e todos.

Hei por derogadas para este effeito sómente, como se dellas Fizesse expressa, e individual menção, ficando aliás sempre em seu vigor.

E este valerá como Carta passada pela Chancellaria, ainda que por ella não hade passar e que o seu effeito haja de durar mais de um anno, sem embargo da Ordenação em contrario.

Registrando-se em todos os lugares onde se costumão registrar semelhantes Alvarás.

Dado no Palacio do Rio de Janeiro em dezoito de Abril de mil oitocentos e nove.

Principe.

Conde de Aguiar.

Alvará com força de Lei, pelo qual Vossa Alteza Ha por bem Ordenar que em todo o Estado do Brazil se iguale o valor das moedas de prata, e cobre, que forem do mesmo pezo, e tamanho; na forma que nelle se declara.

Para Vossa Alteza Real ver.

Joaquim Antonio Lopes da Costa a fez.

Registrado nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Brazil no Livro I de Decretos, Leis, Alvarás, e Cartas Regias sobre Fazenda, a fls. 49.

Rio de Janeiro em vinte e dous de Abril de mil oito centos e nove.

José Manoel de Azevedo.

L. de 28 de Abril de 1809

Eu o Principe Regente Faço saber aos que o presente Alvará com força de Lei virem, que sendo o primeiro, e principal objecto dos Meus Patornaes cuidadoso promover a felicidade publica dos meus feis Vassallos; e Havendo estabelecido com este designio principios liberaes para a prosperidade deste Estado do Brazil, e que são essencialmente necessarios para fomentar a Agricultura, animar o Commercio a diantar a Navegação, e augmentar a Povoação, fazendo-se mais extensa, e analoga á grandeza do mesmo Estado.

Tendo consideração a que deste estabelecimento se possa seguir alguma diminuição na Industria do Reino de Portugal, bem que com a serie e andar dos tempos a grandeza do Mercado e os effeitos da liberdade do Commercio, que tenho mandado estabelecer, hão de compensar com vantagem algum prejuizo ou diminuição, que ao principio possão soffrer alguns ramos de Manufacturas.

Dezejando não só remediar estes inconvenientes, mas tambem conservar, e ampliar a Navegação Mercantil, e o Commercio dos povos de todos os Meos Dominios.

Tendo ouvido o parecer de Ministros do Meu Conselho, e da outras Pessoas zelosas do Meu Serviço; em ampliação, e renovação de muitas providencias já a este respeito estabelecidas, e a fim de que tenham prompta e exacta observancia para prosperidade geral; e individual dos Meus feis Vassallos, que muito Dezejo adiantar e promover, por depender della a Grandeza, e Consideração da Minha Real Coroa, e da Nação.

Sou Servido Determinar o seguinte.

I. Todas as materias primarias, que servirem de haze a qualquer Manufactura, serão isentas de pagar Direitos alguns de entrada em todas as Alfandegas dos Meus Estados, quando o Fabricante as comprar para gasto de sua Fabrica, ficando somente obrigado a mostrar, que as consume todas no uso da sua industria, e sujeito aos exames, e aviriguações, que julgar necessario a Real Junta do Commercio para evitar fraudes e desaminho dos Meos Reaes Direitos.

Da mesma isenção gozarão os Fabricantes que comprarem generos, e produções dos Meus Estados, que são obrigados a pagar algum Direito, ficando este perdoado a favor dos referidos Fabricantes em beneficio do augmento da industria.

II Todas as Manufacturas Nacionaes serão isentas de pagar direitos alguns na sua exportação para fóra dos Meus Estados, e todas as

do Reino serão isentas de os pagar por entradas nos Meus Dominios do Brazil, e em quaesquer outros, ficando só seus donos obrigados a verificar com certidões, e clarezas competentes, que as mercadorias são de manufacturas Portugueza, e indicar a Fabrica, donde sahirá.

III Todos os sardamentos das Minhas Tropas serão comprados as Fabricas Nacionaes do Reino, e as que se houverem de estabelecer no Brazil, quando os cabedaes, que hoje tem melhor emprego na cultura das terras, poderem ser applicados ás Artes com mais vantagens, e não so poderão para este fim comprar manufacturas estrangeiras, se não no caso de não terem as do Reino, e Brazil com que supprir a necessidade publica.

E ao Presidente do Meu Real Erario Hey por muito recommendado, que procure sempre com promptos pagamentos auxiliar os Fabricantes dos Meos Estados, a fim de que possam supprir o fornecimento dos Meus Exercitos, e se promova por este meio a extensão, e augmento da Industria Nacional.

IV. No Recrutamento, que se faz geralmente para o Estado, haverá todo o cuidado em moderar o numero dos Recrutas naquelles lugares, onde se conhecer, que a Agricultura, e as Artes necessitam de braços, e muitos Recommendo aos Governadores das Armas, e aos Capitães Móres encarregados dos Recrutamentos se hajão nesta materia com toda a circumspecção, representando-lhe o que julgarem mais digno de providencia a este respeito.

V. Sendo o mais mais conveniente para promover a industria de qualquer ramo nascente, e que vae tomando maior augmento pela introdução de novas machinas dispendiosas, porem utilissimas, o conferir-se-lhe algum cabedal, que animo o Capitalista, que emprehende promover uma semelhante Fabrica, vindo a ser esta concessão um dom gratuito, que faz o Estado,

Sou Servido Ordenar, que da Loteria Nacional do Estado, que annualmente Quero se estabeleça, se tire em cada anno uma soma de sessenta mil cruzados, que se consagre, outo da junta, ou separadamente, a favor daquellas Manufacturas, e Artes, que mais necessitarem deste soccorro, particularmente das de Lã, Algodão, Seda, e Fabrica de Ferro, e Aço.

E as que receberem este dom gratuito não terão obrigação de o restituir, e só ficarão obrigadas a contribuir com o maior disvelo para o augmento da Fabrica, que assim for soccorrida por effeito da Minha Real Consideração para o bem publico.

E para que estas distribuição se farão annual, e impreterivelmente, a Real Junta do Commercio, dando-lhe todos os annos um fiel e exacto Quadro de todas as Manufacturas do Reino, apontará as que merecem mais esta providencia, e a suma, que se lhe deve applicar.

VI. Sendo muito conveniente, que os Inventores, e Introdutores de alguma nova Maquina e Invenção nas Artes gozem do privilegio exclusivo alei do direito, que possão ter ao favor pecuniário, que Sou

Servido Estabelecer em beneficio da Industria e das Artes; Ordeno, que todas as pessoas que as tiverem neste caso, apresentem o Plano do seo novo Invento á Real Junta do Commercio; e que esta, reconhecendo a verdade, e fundamento delle, lhes conceda o privilegio exclusivo por quatorze annos, ficando obrigados publicallo depois, para que no fim desse prazo toda a Nação goze do fructo dessa Invenção.

Ordeno outrosim, que se faça uma exacta revisão dos que se achão actualmente concedidos, fazendo-se publicos na forma acima determinada, e revogando-se todos os que por falsa allegação, ou sem bem fundadas razões obtiverão semelhantes concessões.

VII Para promover, e adiantar a Marinha Mercantil dos Meus fieis Vassallos:

Hei por bem Determinar, que paguem só metade dos Direitos estabelecidos em todas as Alfandegas dos Meus Estados todos os generos, e materias primeiras, de que possuão necessitar os donos de nossos Navios para a primeira construcção, e armação delles, como Madeiras do Brazil, Pregos, Maçames Lonas, Per, Alcatrão transportados em Navios Nacionaes; havendo porem os mais escrupulosos exames e averiguações a fim de que se não cometão fraudes, e descaminhos da Minha Real Fazenda.

Pelo que Mando a Meza do Dezembargo do Paço, e da Consciencia e Ordens, Presidente do Meu Real Erario; Conselho da Minha Real Fazenda; Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas, e Navegação; e a todos os mais Tribunaes do Reino, e deste Estado do Brazil; e a todas as Pessoas a quem tocar o conhecimento, e execução deste Alvará o cumprão e guardem e fação inteiramente cumprir e guardar, sem embargo de quaesquer Leis, ou Ordens em contrario que todas Hei por derogadas para este effeito sómente, como se de cada uma se fizesse especial menção.

E este valerá como Carta passada pela Chancellaria posto que por ella não ha de passar e que o seu effeito haja de durar mais de um anno, sem embargo da Lei em contrario.

Dado no Palacio do Rio de Janeiro em vinte e oito de Abril de mil oito centos e nove.

Principe
Conde de Aguiar

Alvará com torça de lei, pelo qual Vossa Alteza Real He Servido isentar de Direitos as materias primeiras, que servirem de base a quaesquer Manufacturas Nacionaes, e conferir como dom gratuito a quantia de sessenta mil cruzados as Fabricas, que mais necessitarem destes soccorros, Ordenando outras providencias a favor dos Fabricantes, e da Navegação Nacional; na forma acima exposta.

Para Vossa Alteza Real ver.

João Alves de Miranda Varejão o fez Registrado nesta Secretaria dos Negocios do Brazil no livro I de Leis, Alvarás e Cartas Regias a fs. 100v. Rio de Janeiro, em trez de maio de mil oito centos e nove.—Joaquim Antonio Lopes da Costa.

Lei de 17 de Junho de 1809

Eu o Principe Regente, Faço saber aos que este Alvará com força de Lei virem:

Que havendo crescido de dia em dia as necessidades publicas, pela occurrencia de muitas despezas que as circumstancias internas, e externas tem feito necessarias, sendo preciso estabelecerem-se novos impostos para acudir as precisões do Estado; e sendo o do Papel Sellado um dos indirectos, que pelos tempos, o economia, com que é arrecadado; pela maneira com que é exigido; pela pratica da maior parte das Nações cultas; e pelo que em outro tempo se observou nesta Monarchia ja mereceo a Minha Real Approvação:

Fui Servido estabelecello pelos Alvarás de dez de Março de mil sete centos noventa e sete, de vinte e quatro de Abril de mil oito centos e dous e reduzillo pelo Alvará de vinte e quatro de Janeiro de mil oito centos e quatro a que somente fica sem pagando na Chancellaria Mór e á imposição do Sello os Alvarás de Mercè, Fóros, Cartas, Padrões, Titulos, Privilegios, Isenções, Provisões, e Graças de qualquer natureza, isentando os mais papeis, e regulando depois a forma deste recebimento pelo Decreto de doze de Junho do mesmo anno:

E Considerando por —uma parte, que de muitos Papeis ainda mesmo dos Forenses, se pode perceber toda a utilidade do imposto, sem haver embargo na expedição dos negocios, a que elles dizem respeito, e sem as despezas do fabrico, e administração do Sello; e por outra parte, que os impostos nas Heranças, e Legados, que não provierem de Ascendentes, e descendentes, se podem estabelecer sem grave incommodo dos que a virem perceber, por serem em beneficio fortuito, e que lhes não é devido de rigoroso direito, e obrigação, e conhecido, e praticado por lagumas Nações civilisadas antigas, e modernas, e que podem facilmente arrecadar-se na Repartição, em que se cobrão os Direitos do Sello, determinandose, e fazendose necessario, que as quitações, que se derem em Juizo, para serem os Testamenteiros desobrigados, sejam selladas, pagandose pelo Sello e fação, que fôr imposta, e dandose outras providencias para se fazer esta arrecadação com exactidão, e facilidade:

Hei por bem, Tendo ouvido o parecer de Pessoas doudas, e zelozas de Meu Real Serviço, e da felicidade dos Meus fieis Vassallos, Determinar o seguinte:

I Os Livros denominados «Diario, e Mestre dos Negociantes, e Mercadores de retalho, bem como os documentos delles extrahidos, serão nullos, e de nenhum effeito em Juizo, sem que seos donos tenham pago a taxa de vinte reis, por cada folha, como se acha determinado no § I do Alvará de vinte e sete de Abril de mil oito centos e dous para os Livros de papel ordinario, pondo se o Sello de Minhas Reaes Armas na ultima folha do Livro com uma verba, em que se declare o pagamento, que se fez, e o numero de folhas, que o mesmo Livro contem; reahindo a nullidade unica-

mente sobre as Pessoas, a quem semelhantes Livros pertencerem, e que os não tiverem feito sellar, para nellos principiarem a sua escripturação logo depois da publicação deste Alvará, tanto nesta Côrte, e Provincia do Rio de Janeiro, como em todas as Capitánias deste Estado, e Dominios Ultramarinos, á excepção dos da Asia; ficando porem exceptuados desta taxa todos os mais livros auxiliares, e os mesmos Diario, e Mestre já principiados, que poderão ser concluidos sem Sello, devendo este só ter lugar quanto aos Livros novos.

II. A' mesma taxa, e Sello posto pelo sobre dito methodo, e no prazo de dous mezes nesta Côrte, e Provincia, e de seis mezes em as Capitánias deste Estado, e Dominios Ultramarinos, á excepção dos da Asia, contados da publicação deste Alvará, serão sujeitos os Livros das Camaras, os de notas de Tabelliães, os das Irmandades, Confrarias, e Ordens Terceiras, os dos Assentos dos Baptismos, Casamentos, e Obitos de todas as Parochias; e os que nelles, tendo o prazo do tempo estabelecido, escreverem, ou continuarem a escrever sem o devido pagamento do Sello, incorrerão na pena de cem mil reis, metade para a Real Fazenda, metade para o denunciante, alem do perdimento do Officio, em ficarão incursos os Escrivães das Camaras, e os Tabelliães, que o contrario fizerem.

III. As Escripturas publicas, seos Traslados as Publicas formas, Certidões, Procuções feitas judicialmente, ou por pessoas de qualquer ordem, e condição Provimentos de Officios, Passaportes, Autos de posse, Tombos, Inquiriões, e Justificações de genese, Justificações de Serviços, e Attestações, não poderão ser apresentadas em Juizo, e fóra delle, nem reputarem valiosos, bem como todos, e quaesquer Documentos, com que se pertender instruir os Requerimentos, que Me forem feitos directamente pelos Secretarios do Estado, e Tribunaes; Regios, ou que forem feitos a quaesquer Magistrados, Governadores, Corporações, e Autoridades Publicas, Seculares, e Ecclesiasticas, sem que se haja pago por cada meia folha de pagel de taes Documentos, e Titulos a taxa de quarenta reis estabelecida no § VII do dito Alvará de vinte e sete de Abril de mil oitocentos e dous, o que deve constar pelo Sello e verba posta na ultima pagina, com declaração das meias folhas, que se achão escritas.

IV. Os Creditos, Obrigações, Recibos, Lettras seguras, de Cambio, e de qualquer outra natureza, poderão ser feitas como até agora, e continuar o seo giro, sem dependencia do Sello, e pagamento da taxa; quando porem houverem de ser ajuizadas, e antes de serem authoadas, deverão seos donos pagar a taxa estabelecida para cada um delles no referido Alvará de vinte e sete de Abril de mil oitocentos e dous.

E isto se entenderá pelo que respeita ás Lettras, quando se intentar qualquer Acção em Juizo, fazendo-se a competente citação para ella, e não quanto aos protestos, que se deverão fazer antes do pagamento da taxa.

O Testamento da mesma forma somente serão sujeitos ao pagamento da taxa estabelecida no § VIII do sobredito Alvará, quando houverem

de ir a Juizo para o seo cumprimento, sem que antes disso se possam reputar nullos pela falta de Sello.

V. Os Escrivães dos diferentes Juizos Seculares, e Ecclesiasticos, não poderão fazer conclusos os Autos de qualquer natureza que sejão para Sentença final, sem que se tenha pago primeiramente a taxa de dez reis por cada meia folha de papel, em que se tiver escrito; Serão obrigados a declarar nos mesmos Autos, e por escripto quantas meias folhas contem até ao termo da conclusão final, deduzindo do seo numero aquellas, que já tiverem pago a taxa, antes de serem incorporadas nos Autos, e somente depois de constar uma verba posta nos mesmos Autos, que foi paga a competente taxa, e que fica carregada ao respectivo Thesouro, sendo esta verba assignada pelo Escrivão deste recebimento, e sellada com Minhas Reaes Armas, é que poderão fazer conclusos os Autos para final Sentença; e os que o contrario praticarem, incorrerão na pena de perdimento de seos Officios, e do duplo da taxa, que devia ser paga; e os Magistrados na pena de suspensão, e emprazamento, havendo proferido a final Sentença sem preceder o pagamento da taxa.

VI. Todas as Cartas Precatorias, e de Inquirição, Cartas, Rogatorias para os Juizes Ecclesiasticos, Cartas Testemunhaveis, Sentenças, ou Formas de Partilhas, e Cartas de Arrematações, não poderão ser assignadas pelos Juizes e ter execução, sem que conste por uma verba, e pelo Sello de Minhas Armas nellas posto, que foi paga a taxa de vinte reis por cada meia folha de papel: O mesmo se deverá praticar com as Sentenças, e Mandados de preceito extrahidos do processo, declarando o Escrivão quantas meias folhas de papel, contem o processo depois da Sentença final, e de quantas se compõe a mesma Sentença; e no Mandado de preceito, quantas folhas contem o processo, de que foi extrahido; para se fazer por esta declaração a conta do pagamento da taxa, com especificação da pessoa, que pagou, para se carregar na regra das custas.

E os que o contrario fizerem incorrerão nas penas estabelecidas no § V.

VII. Em todos os Processos, que licarem sem que delles se extraia Sentença, ou mandado de preceito, ou em que houver composição das partes, não poderão os Contadores do Juizo contar as custas, nem os Escrivães recebellas; sem que primeiramente se haja pago o sello de vinte reis por cada meia folha de papel, que taes Processos tiverem: incorrendo os Contadores, e Escrivães, que o contrario fizerem, nas penas declaradas no § V.

VIII. Nenhuma Quitação de Herdeiro ou de Legatario, por effeito de Testamento, poderá ser acceita em Juizo, nem se poderá com ella haver o Testamento por cumprido, sem que a Quitação tenha sido primeiramente sellada, pagando-se por este sello a decima da Herança, ou Legado, que effectivamente se arrear a lar, não sendo os Herdeiros, ou Legatarios Descendentes, ou Assendentes do Testador.

IX. Igualmente se praticará o mesmo com os Herdeiros, que não forem Descendentes, ou Assendentes do fallecido abintestado; com differença porém, que o Herdeiro, que for parente do fallecido abintestado até o segundo grau inclusive contado na forma do Direito Canonico, não poderá ser emposado da Herança, sem que sendo feito inventario, e constando por documento authentico a quantia liquidada da Herança no documento, pelo qual se lhe houver de mandar passar Mandado de entrega, tenha feito por o Sello, e com elle pago a decima da Herança, que realmente a recadar; e a quinta parte sendo parente fora do segundo grau.

E os Ministros, a quem toca, farão que os Testamentos não sejam omissos em dar conta dos Testamentos, e que de todas as Heranças abintestados, não havendo herdeiros forçados, se proceda a inventario, e entrega judicial, para poderem ter lugar estas providencias.

X. Nesta Corte se fará o reconhecimento dessas taxas pelo Sello na Chancellaria Mor do Estado do Brazil, no Real Erario e nas Estações, que delle forem dependentes, pare prompta expedição das partes, e nas Capitania deste Estado e Dominios Ultramarinos, pela Repartição estabelecida pela Junta Administrativa e Arrecadação da Minha Real Fazenda para a cobrança do Sello dos Papeis designados no Alvará de vinte e quatro de Janeiro de mil oito centos e quatro.

E nas demais Cidades, e Villas, onde houverem Juizes de Fóra, e Ordinarios; se fará o recebimento por um Thesoureiro nomeado pelos Officiaes das Camaras, a quem se fará a carga em um livro rubricado pelos Juizes de Fóra, onde os houver, e pelos Ouvidores das Comarcas, onde só forem Ordinarios, escrevendo nelles um dos Escrivães, que mais habil for, nomeando os Juizes, a quem se remetterá o Cunho das Minhas Armas Reaes para fazer imprimir o Sello, em cujo poder se guardará.

E nenhum emolumento por isto receberão os Juiz, e o Escrivão, a quem Farei as remunerações que houver por bem e sómente o Thesoureiro cobrará por cento do que arrecadar.

Em quanto porém se não poderem enviar todos os Cunhos de Minhas Reaes Armas para as diferentes Povoações, suprirá a falta do Sello a verba do pagamento, sendo esta assignada pelo Juiz, pelo Thesoureiro e pelo Escrivão.

XI. Todos os tres mezes remetterão os Juizes o que se tiver recebido aos Meos Reaes Cofres das Juntas da Fazenda respectivas, acompanhado do competente conhecimento assignado pelo Juiz, Escrivão, e Thesoureiro, a quem se dará quitação em forma legal.

XII. Os Ouvidores das Comarcas perguntarão nas Devassas de Correição nas Villas, onde houverem Juizes Ordinarios, pelos descaminhos, que se fizerem da Minha Real Fazenda nesta parte dos rendimentos e pelo modo, com que se houverem os empregados nesta Repartição dando em culpa aos que tiverem nella delinquido.

E os Sindicantes perguntarão por este artigo nas Residencias, que tiverem aos Juizes de Fóra, e Ouvidores das Comarcas.

XIII. Os Escrivães, que receberem quaesquer Papeis sujeitos á taxa e Sello, sem que tenha sido pagas incorrerão na pena do perdimento do Officio e no decuplo do valor da taxa, e os Magistrados na de suspensão, e empreramento e os Juizes Ordinarios, além da suspensão, no pagamento do decuplo da taxa do papel, que consentirem nos Autos, sem pagar o Sello competente, o que se provará por haverem proferido algum despacho depois de estar inserto nos Autos o papel que deverá ser primeiramente sellado.

E todos os que falsarem o Sello, e as assignaturas das verbas do pagamento incorrerão nas penas dos que falsificão o Meu Signal impostas na Ord. do Liv. Tit. L. II.

E os que receberem Heranças, ou Legados por coluios particulares perde-los-hão com outro tanto do seu valor para a Minha Real Fazenda.

XIV Para este fim, e para serem punidos todos os que cometerem alguma outra fraude se admittirão denuncias, applicando-se ao denunciante a metade das penas pecuniarias, e sendo a outra para a Minha Real Fazenda.

E este se cumprirá, como nelle se contém:

Pelo que Mando ao Presidente do Meu Real Erario; Meza do Desembargo do Paço, e da Consciencia e Ordens; Conselho da Minha Real Fazenda; Regedor da Justiça; e a todos os mais Tribunaes, e Pessoas, a quem pertencer o conhecimento deste Alvará, o cumprirão, e guardem, como nelle se contém.

E valerá como Carta passada pela Chancellaria, posto que por ella não ha de passar e que o seu effeito haja de durar mais de um anno, sem embargo da Ordenação em contrario.

Dado no Palacio do Rio de Janeiro em desasete de Junho de mil oito cento e nove.

Principe.

Conde de Aguiar.

Alvará com força de lei pela qual Vossa Alteza Real He Servido Ampliar o disposto no Alvará de vinte e quatro de Janeiro de mil oito centos e quatro, e Sujeitar ao Sello as Quitações dos Herdeiros, e Legatarios, que não forem Descendentes do fallecido, e que se derem em Juizo para serem os Testamenteiros desobrigados, praticando-se o mesmo com os Documentos, pelos quaes se mandar passar Mandado de entrega da Herança aos Herdeiros abintestado; tudo na forma acima declarada.

Para Vossa Alteza Real ver.

Joaquim Antonio Lopes da Costa o fez.

Registrado nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Brazil no Livro I de Leis, Alvarás, e Cartas Regias a fl. 110 Vers.

Rio de Janeiro em dezanove de Junho de mil oito centos e nove.

João Manoel Martins da Costa.